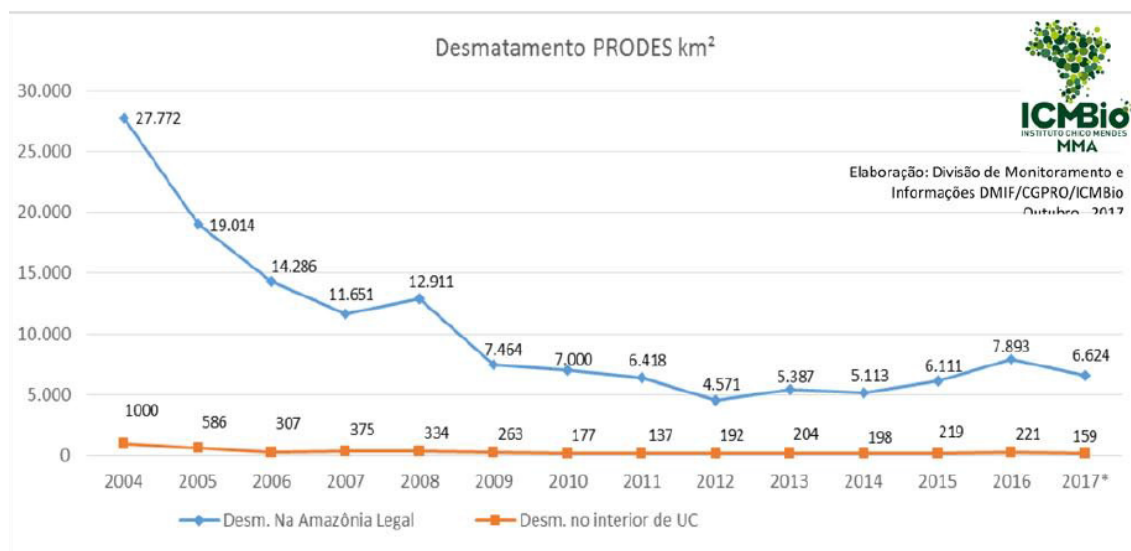


## Gráficos e informações sobre a redução do desmatamento nas UCs

A diminuição do desmatamento em unidades de conservação (UCs) segue trajetória semelhante ao desmatamento em todo o bioma, mas tem sofrido uma queda mais acentuada, como pode ser visto na Figura 2. Em 2017, enquanto o desmatamento no bioma caiu 16%, o desmatamento nas unidades de conservação caiu 28%.

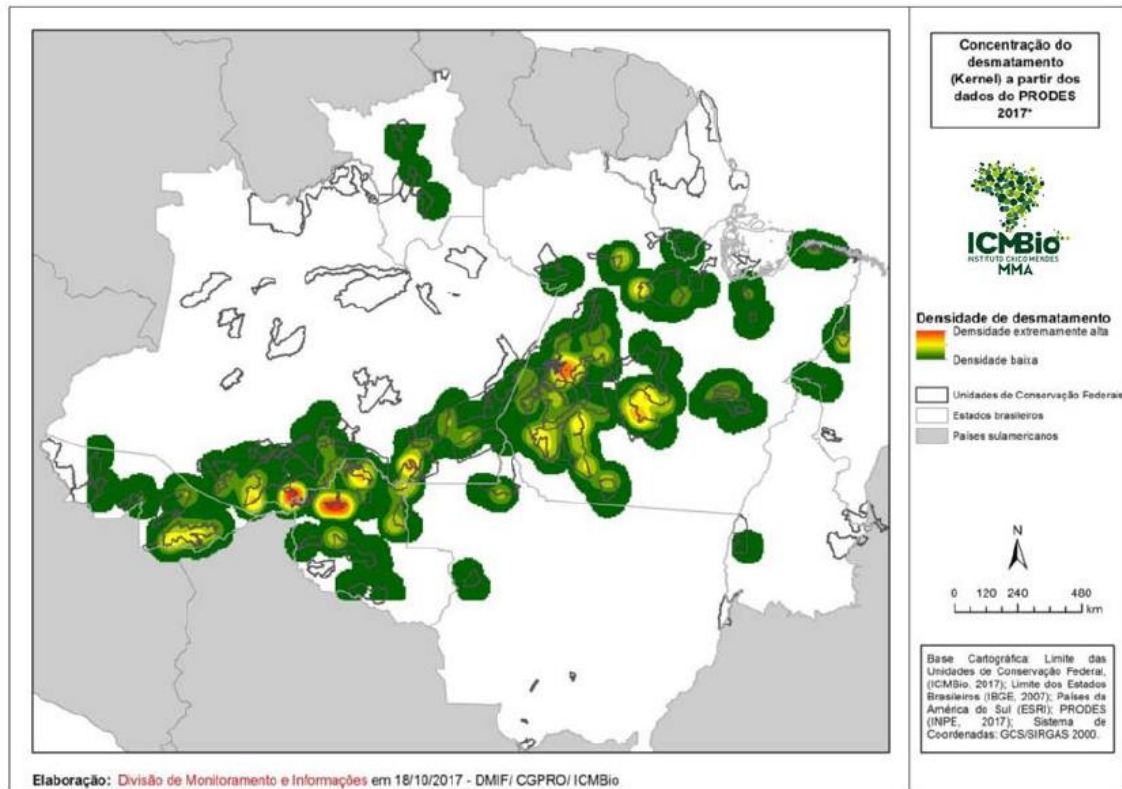


**Figura 2:** Desmatamento PRODES na Amazônia x Desmatamento PRODES em UC Federal.

**Fonte:** Prodes 2017, elaborado por DMIF/ICMBio

A figura 3 mostra as áreas com concentração de desmatamento (mapa de densidade de Kernel), considerando os dados do interior e entorno próximo das unidades de conservação federais. As áreas destacadas no Mapa Kernel não representam necessariamente as UCs mais desmatadas, pois a pressão envolve também o desmatamento no entorno.

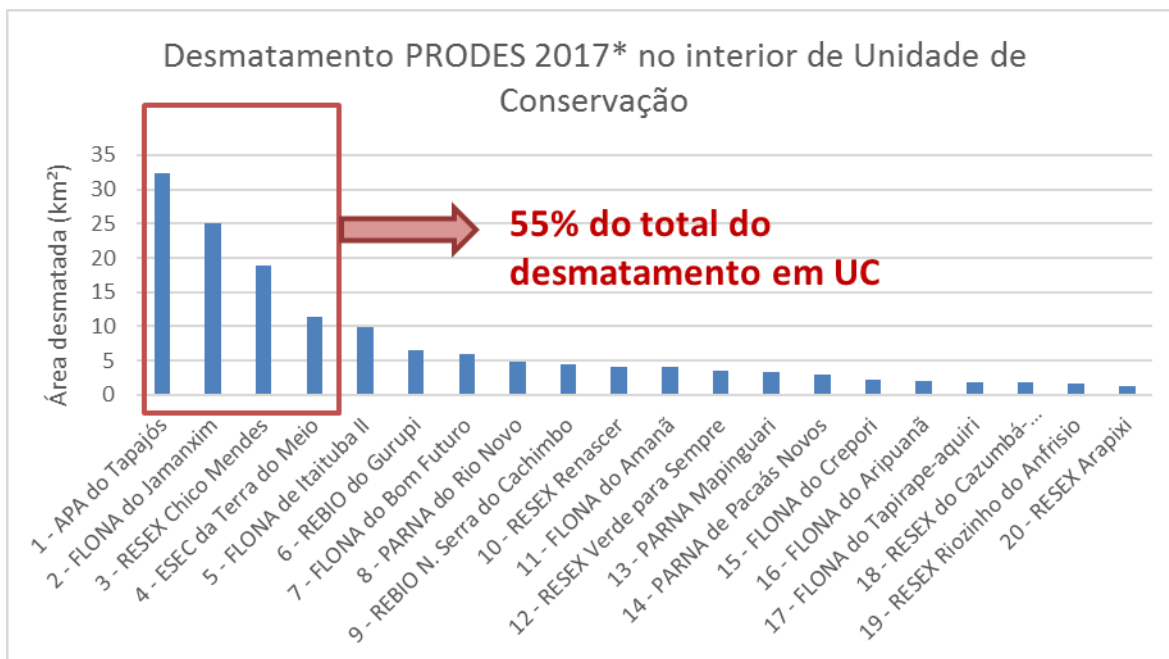
Pode-se observar **zonas de alta concentração na região sul do Amazonas e norte de Rondônia**, o que significa que a pressão sobre as unidades de conservação localizadas nesta região vem aumentando no último ano. Dentre as UCs mais pressionadas destaca-se Floresta Nacional do Bom Futuro (RO), Parque Nacional do Mapinguari (AM), além da Floresta Nacional de Itaituba II (PA), localizada na região da BR 163.



**Figura 3.** Mapa Kernel de concentração de desmatamento.

**Fonte:** Prodes 2017, elaborado por DMIF/ICMBio

Analisando apenas o desmatamento no interior das UCs, as taxas mais elevadas ocorreram em: APA do Tapajós (32,3 km<sup>2</sup>), Flona do Jamanxim (25,1 km<sup>2</sup>), Resex Chico Mendes (18,8 km<sup>2</sup>) e Estação Ecológica da Terra do Meio (11,5 km<sup>2</sup>). Essas quatro unidades, em conjunto, sofreram 55% do total de desmatamento mapeado pelo PRODES 2017 (Figura 4).



**Figura 4.** Unidades de Conservação Federais mais desmatadas.

Fonte: Prodes 2017, elaborado por DMIF/ICMBio

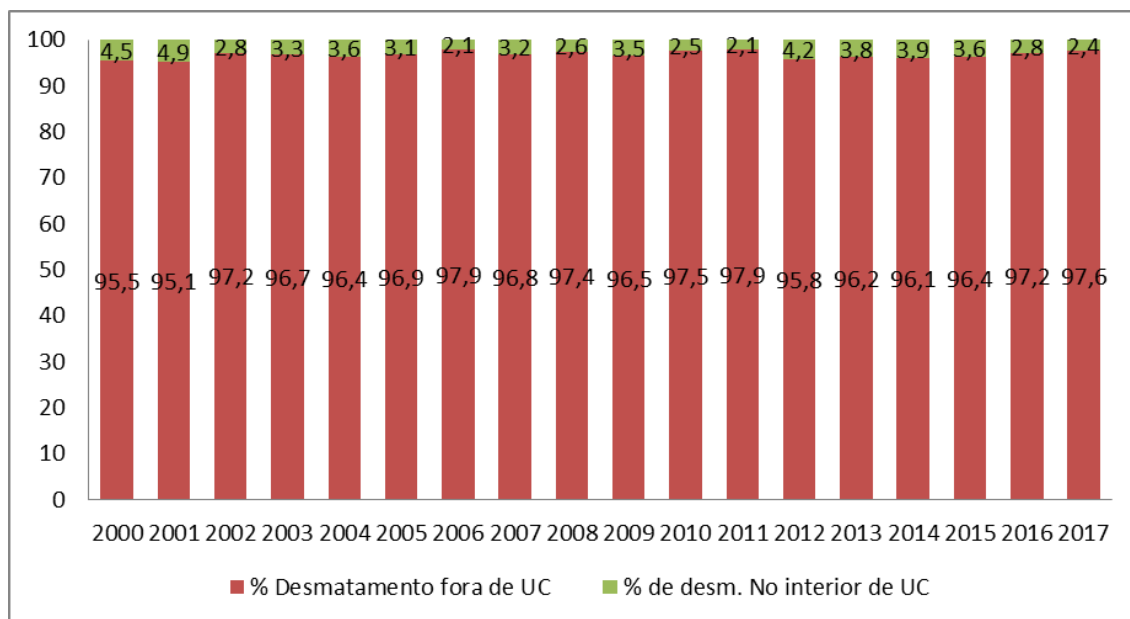
Apesar das quatro UCs apresentarem as maiores taxas de desmatamento, a **Flona do Jamanxim** e a **Resex Chico Mendes conseguiram diminuir consideravelmente o incremento de área desmatada**, comparado ao ano anterior, conforme demonstrado na Tabela 1

	Ucs com mais desmatamento em 2017*	Área (km²) em 2017*	Ordem em 2016	Área (km²) em 2016	% Variação 201/016
1	APA do Tapajós	32,3	2	31,4	2,9
2	<b>FLONA do Jamanxim</b>	<b>25,1</b>	<b>1</b>	<b>73</b>	<b>-65,6</b>
3	RESEX Chico Mendes	18,8	3	29,5	-36,2
4	ESEC da Terra do Meio	11,5	5	8,5	34,8

**Tabela 1.** Unidades de Conservação Federais mais desmatadas.

Fonte: Prodes 2017, elaborado por DMIF/ICMBio

O percentual de área desmatada em UCs federais em relação ao desmatamento total na Amazônia Legal é o menor desde 2011, atingindo 2,4%, (Figura 4).



**Figura 4.** Percentual de participação das UCs no desmatamento total na Amazônia

**Fonte:** Prodes 2011-2017, elaborado por DMIF/ICMBio

### Ações do ICMBio

Entre as estratégias adotadas para a diminuição do desmatamento, estão as ações de comando e controle e ações de gestão e acordos com comunidades locais.

A Resex Chico Mendes, com atuação junto a extrativistas, e a Floresta Nacional de Altamira (PA), atualmente sob concessão florestal, são exemplos onde as estratégias de realização de trabalhos de gestão e desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis estão diminuindo a pressão sobre os recursos florestais e contribuindo para a queda do desmatamento.

No ano de 2017 foram realizadas 165 ações de fiscalização ambiental no bioma Amazônico. As atividades envolveram agentes de fiscalização do ICMBio de diversas unidades e contou com a colaboração de servidores do IBAMA, Polícia Militar, Polícia Federal, além de servidores de outras instituições parceiras.

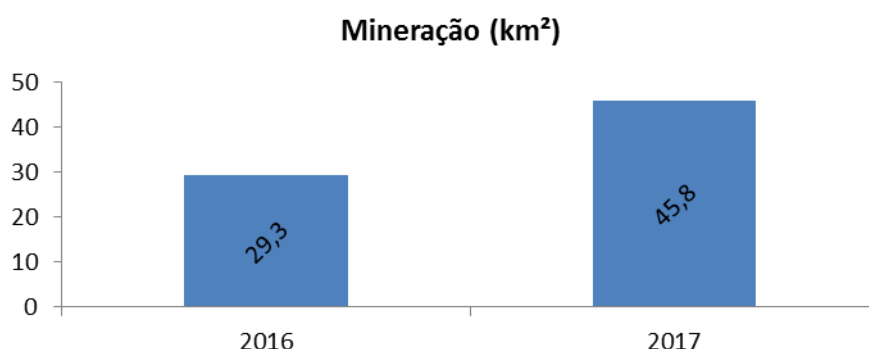
Ainda na linha estratégica de combate ao desmatamento, foram mantidas ações permanentes de fiscalização em unidades com grande pressão e elevadas taxas detectadas nos sistemas de monitoramento. Assim, a presença institucional e as ações de repressão e responsabilização contra ilícitos tiveram papel significativo nos resultados finais demonstrados anteriormente.

No segundo semestre de 2017, foi deflagrada a Operação Integração. Esta atividade buscou integrar frentes de ações de combate ao desmatamento em regiões sensíveis e com maior incidência de alertas de detecção nos estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Maranhão. Esforços institucionais são direcionados para áreas onde a concentração da atividade ilegal de desflorestamento em unidades federais ou próximo a elas se destaca pela magnitude. Já foram identificados, autuados e desmobilizados diversos pontos de desmatamento ilegal, o que também contribuirá para futuras reduções nas taxas de desmatamento.

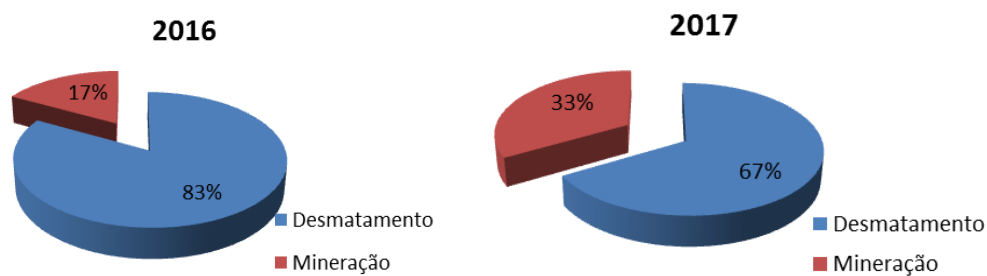
### **Nova dinâmica nos vetores – os garimpos ilegais**

A presença das unidades de conservação no arco do desmatamento tem se mostrado relativamente eficaz para frear o avanço das frentes de expansão que pressionam os recursos naturais na Amazônia. Por outro lado, parte desta pressão passa a ocorrer no interior das mesmas. Uma atividade que vem ganhando cada vez maior destaque na destruição ambiental é a extração mineral ilegal. Unidades como a Área de Proteção Ambiental do Tapajós (PA) e Parque Nacional Mapinguari (AM) têm hoje sua dinâmica de desmatamento associada à expansão dos garimpos.

Os sistemas de monitoramento do desmatamento apontam uma alteração no tipo de conversão das florestas no interior das unidades de conservação federais, principalmente na região da BR-163. Enquanto percebe-se a redução do desmatamento por corte raso, nota-se também um aumento das atividades de mineração no interior dessas áreas. Em 2017 foram registrados, até o mês de setembro, 949 polígonos mapeados como Mineração pelo sistema DETER-B/INPE, somando uma área total de 45,8 km<sup>2</sup>. Em todo o ano de 2016 foram mapeados 382 polígonos, somando uma área de 29,3 km<sup>2</sup>.



Os gráficos abaixo apresentam os dados de desmatamento levantados pelo DETER-B em todo o ano de 2016 e de janeiro a setembro de 2017 para o interior das UCs federais na Amazônia. Neles é possível notar a mudança de comportamento das conversões, com um significativo aumento percentual das áreas de mineração em relação ao desmatamento corte raso.



As notícias sobre novas áreas de extração, se espalham rapidamente, atraindo, em pouco tempo, centenas de garimpeiros. Nestes locais, além de considerável área desmatada, os danos ambientais são imensos. As paisagens são modificadas radicalmente, rios têm percursos alterados, bombas de alto impacto provocam destruição de rochas e nos solos. Uma das consequências mais graves é a contaminação por mercúrio, que traz danos a toda a cadeia trófica, prejudicando peixes e contaminando a população.

Outro problema da atividade garimpeira é que ela está normalmente associada a diversos outros crimes como contrabando e sonegação fiscal. O garimpo ilegal financia a grilagem de terras e contribuiu para o aumento da violência no campo, como foi visto nos recentes ataques violentos ao Ibama e ICMBio em Humaitá (AM), após ações de fiscalização do garimpo no Rio Madeira.

### Metodologia

O Prodes registra como desmatamento as áreas superiores a 6,25 hectares que tenham sofrido o corte raso, que é a remoção completa da cobertura florestal. Os dados representam todo o desmatamento, sendo que o desmatamento legal, permitidos em algumas categorias de unidade, como Reservas Extrativistas e Áreas de Proteção Ambiental também estão computados.

Os dados do PRODES 2017 são preliminares, a previsão de divulgação dos dados definitivos pelo INPE é no segundo semestre de 2018. Os polígonos de desmatamento nas unidades de conservação podem ser baixados pela intranet, formato shape ou kmz, ou acessados pelo servidor de mapas do ICMBio. Os dados brutos para toda a Amazônia Legal, divulgados pelo INPE no mês de Outubro/2017, foram processados para as unidades de conservação federais pela Divisão de Monitoramento de Informações, da Coordenação Geral de Proteção Ambiental do ICMBio.